

21 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Após sessão suspensa, Câmara consulta TJ para cumprir prazo

Procuradoria Jurídica pede esclarecimentos sobre cancelamento do julgamento de vereadores afastados; Takahashi é notificado a depor hoje

Vitor Struck

Reportagem Local

A expectativa em torno de uma verdadeira "batalha jurídica" na reta final do prazo para a votação da denúncia de quebra de decoro parlamentar contra os vereadores afastados Mário Takahashi (PV) e Rony Alves (PTB) se confirmou. Marcada para ontem de manhã, a sessão de julgamento que pode resultar na cassação do mandato dos dois parlamentares acabou não sendo realizada pela Câmara Municipal, e agora a Casa corre contra o tempo para que a votação ainda ocorra no prazo final, que é esta quinta-feira, dia 23.

A decisão de suspender a sessão de ontem foi comunicada em plenário por volta das 10h30 pelo presidente do Legislativo, Ailton Nantes (PP), depois que a Procuradoria Jurídica da Casa havia recomendado o cumprimento da liminar do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) determinando a reabertura da Comissão Processante para oitiva de Takahashi, que não compareceu ao interrogatório no último dia 5.

Os advogados do vereador investigado na Operação ZR3 alegam que uma das testemunhas de defesa, o deputado federal e candidato ao governo estadual João Arruda (MDB), não foi ouvido pelos vereadores da comissão.

Na tarde de ontem, a Câmara informou que notificou a defesa de Takahashi para que o vereador afastado preste depoimento hoje, às 15h30, na sala de reuniões (veja box).

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

Já no final da tarde, o procurador jurídico da Câmara, Miguel Aranega, protocolou no TJ uma manifestação esclarecendo alguns fatos relativos aos procedimentos adotados pela Comissão Processante aberta pelo Legislativo para investigar suposta quebra de decoro parlamentar por parte de Rony Alves e Mário Takahashi, e pedindo também uma reconsideração da decisão que suspendeu a sessão de julgamento. Aranega requereu do desembargador Xisto Pereira, responsável por conceder a liminar à defesa de

Takahashi, esclarecimentos quanto ao andamento do processo.

"A Câmara, primeiramente, como tomou ciência do feito, vai embargar solicitando algumas informações ao desembargador com relação à decisão dele, que simplesmente determina o depoimento pessoal do vereador Mário Takahashi, e logo na sequência vai prestar as informações necessárias ao qual foi solicitado", afirmou Aranega após o encerramento da sessão.

Questionado se, neste novo procedimento, os vereadores poderão protocolar novas alegações finais e se isso poderia inviabilizar a realização do julgamento ainda no prazo de 90 dias determinado pelo Regimento Interno da Casa - e que vence nesta quinta-feira -, o procurador explicou que isso também seria solicitado nos embargos. "Essa é uma das obscuridades que nós iremos tratar, como também a suspensão do prazo, que também será objeto de embargos", afirmou Aranega.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 21 AGO 2018

CONTINUAÇÃO

Em princípio, lembrou o procurador em entrevista coletiva, o prazo para que os dois vereadores afastados sejam julgados nesta quinta-feira deve ser respeitado, sob risco do trabalho desta comissão ser arquivado e o processo ter que recomeçar do zero, conforme o regimento da Casa.

OITIVA DE ARRUDA

Sobre a alegação da defesa de Mário Takahashi, de que a testemunha de defesa, o deputado federal João Arruda, não foi ouvido pela Comissão Processante, o que caracterizaria cerceamento da defesa, a assessoria de comunicação da Câmara informou que foram quatro tentativas de ouvi-lo. Ainda, que na última resposta Arruda encaminhou um ofício afirmando que por conta da agenda de campanha só poderia prestar depoimento pessoalmente no dia 18, o que atrasaria a finalização do relatório da CP.

“Analisamos os questionamentos apresentados pela defesa do vereador Mário Takahashi, e tendo em vista as prerrogativas conferidas aos Deputados Federais pelo art. 454 do Código de Processo Civil e pelo art. 221 do Código de Processo Penal, informamos a Vossa Excelência a opção por responder aos questionamentos pessoalmente na Câmara Municipal de Londrina”, afirma o documento assinado pelo deputado. A reportagem da FOLHA entrou em contato com a assessoria de Arruda, mas não

obteve respostas até o fechamento desta edição.
(Colaborou Rafael Fantin/
Editor de On-line)

Defesa faz ressalva sobre notificação

Rafael Fantin
Editor On-line

A Câmara Municipal de Londrina notificou o advogado Anderson Mariano, que representa o vereador afastado Mario Takahashi (PV), na tarde desta segunda-feira (20), durante audiência da Operação Público no Fórum de Londrina, onde o advogado representava outro cliente.

No entanto, Mariano disse que se recusou receber a notificação que agendava o interrogatório de Takahashi para terça-feira (21), às 15h30, alegando falta de documentos que confirmem a reabertura do processo de instrução. “Ela (a funcionária da Câmara) não trouxe nenhum despacho da Câmara de Vereadores reabrindo a Comissão Processante (CP). Teve a decisão do desembargador, a Câmara tomou ciência hoje e cancelou, corretamente, a sessão de julgamento. En-

tretanto, tem que haver uma decisão de reabertura da comissão que se encerrou na entrega do relatório em 14 de agosto. Após a reabertura, o Mario (Takahashi) deve ser intimado”, argumentou o advogado.

Questionado se Takahashi irá comparecer, Mariano respondeu que isso ainda seria avaliado e disse que o cliente tem interesse em falar para prestar esclarecimentos. “Foi por isso que entramos na Justiça”, acrescentou. Procurada pela reportagem, a assessoria de imprensa da Câmara confirmou o interrogatório para a tarde desta terça-feira na sala de reuniões da Câmara. A defesa de Rony Alves (PTB) também foi notificada e o vereador pode acompanhar o depoimento.

De acordo com informações da Procuradoria Jurídica da Casa, o advogado de defesa de Takahashi foi notificado às 14h30 desta segunda-feira, assinou o documento e fez uma ressalva no verso. Sendo assim, a Procuradoria considera que as defesas de Rony e Takahashi estão notificadas.

CONTINUA

21 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

COMISSÃO PROCESSANTE

Idas e vindas do processo na Câmara

17/04

Vereadores aprovam por 15 votos favoráveis e 4 contrários a abertura de Comissão Processante para apurar suposta quebra de decoro parlamentar por parte dos vereadores afastados Mário Takahashi (PV) e Rony Alves (PTB), ambos réus na Operação ZR3, deflagrada pelo Gaeco em janeiro;

28/05

Defesa de Takahashi obtém mandado de segurança determinando a suspensão dos trabalhos da CP alegando falhas nos ritos processuais;

22/06

Trabalhos da CP são retomados após nova intimação de Mário Takahashi para audiência de oitiva de testemunhas;

06/07

Júnior Zampar e Carlos Zampar, testemunhas de acusação da ZR3, prestam depoimentos na CP, quando Júnior recebe voz de prisão do advogado de Rony Alves, Maurício Carneiro;

25/07

Recebido e-mail da testemunha de defesa do vereador Mário Takahashi, deputado João Arruda, informando da indisponibilidade de responder aos questionamentos na presente data;

26/07

Reiterada a solicitação ao deputado João Arruda, por e-mail, de encaminhamento de resposta aos questionamentos de defesa de Mário Takahashi até 3 de agosto;

05/08

Rony Alves presta depoimento na CP; Takahashi não comparece;

14/08

Entrega do parecer final pelo relator, o vereador João Martins (PSL), indicando a cassação dos mandatos dos dois vereadores afastados;

18/08

Desembargador Xisto Pereira, relator do processo no Tribunal de Justiça do Paraná, determina a reabertura da instrução processual da CP para interrogatório da testemunha João Arruda, atendendo solicitação da defesa de Takahashi; na prática, decisão suspende a sessão de julgamento na Câmara;

19/08

Tribunal de Justiça do Paraná nega habeas corpus e mantém afastamento dos dois vereadores por 180 dias;

20/08

Presidente da Câmara de Londrina, Ailton Nantes (PP), considera não realizada a sessão de julgamento da denúncia contra Rony Alves e Mário Takahashi, acatando parecer da Procuradoria Jurídica da Casa; Câmara notifica defesa de Takahashi para que o vereador seja ouvido no dia 21/08, advogado assina, mas ressalva não reconhecer o interrogatório alegando que antes a Câmara deve reabrir o processo de instrução da Comissão Processante para que o investigado seja notificado formalmente do depoimento;

23/08

Prazo final para a realização da sessão de julgamento. Caso a Câmara não obtenha autorização na Justiça para prorrogar esse prazo os trabalhos da CP são encerrados e será necessário abrir uma nova comissão, recomeçando todos os processos do zero.

21 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

Ex-assessor presta depoimento na maior fase da Publicano

Fotógrafo Marcelo Caramori não apresentou detalhes da participação de réus na Publicano 2

“Os fatos que o Ministério Público pretendia comprovar foram demonstrados”, diz promotor do Gaeco

Guilherme Marconi
Reportagem Local

Sem apresentar detalhes, o fotógrafo e ex-assessor da Casa Civil Marcelo Caramori foi ouvido pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, nesta segunda-feira (20), no processo relativo à Operação Publicano 2, que apura suposto esquema de corrupção milionário encrustado na Receita Estadual do Paraná. Em fevereiro de 2015, Caramori fez acordo de delação premiada com o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) após ser preso por suposto envolvimento em esquema de exploração sexual.

O ex-assessor foi questionado pelo promotor do Gaeco Leandro Antunes se conhecia alguns réus do esquema que seriam da cúpula no órgão fazendário estadual. Caramori reafirmou as relações de amizade entre o empresário Luiz Abi Antoun,

primo do ex-governador Beto Richa, e o auditor Márcio de Albuquerque Lima, então inspetor geral da Receita que seria uma indicação de Abi. Nesta fase da Publicano, Abi é considerado líder político do esquema de arrecadação de propina. Caramori disse em depoimento que Abi era quem “abria todas as portas” no governo.

A testemunha afirmou ainda ter ouvido conversas de Luiz Antonio de Souza, o principal delator da Publicano. Souza, Caramori e o ex-chefe da Receita de Londrina José Luiz Favoreto chegaram a ficar presos na mesma cela em 2015 na unidade dois da PEL 2 (Penitenciária Estadual de Londrina). Ele disse que nunca presenciou entrega de propina e não soube apresentar detalhes do esquema de propina. “Eu só ouvia o Luiz Antônio falar lá dentro que ia derrubar todo mundo”, disse ao juiz.

O depoimento durou cerca de cinquenta minutos. O advogado de Caramori, Leonardo Viana, não quis gravar entrevista, apenas comentou que seu cliente “prestou os esclarecimentos necessários” e “teve a mesma postura dos depoimentos anteriores”. O advogado de Abi, Anderson Mariano, disse que não iria comentar o depoimento prestado pelo fotógrafo.

Para o promotor do Gaeco Leandro Antunes o depoimento do colaborador auxilia a “desvendar a estrutura da organização criminosa. “A importância do depoimento dele é demonstrar o papel de cada um na Receita e a influência que alguns réus exerciam.”

CONTINUA

21 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

PROCESSO GIGANTE

A Publicano 2 é o maior processo sobre o esquema de corrupção na Receita Estadual e uma das maiores ações em curso na Justiça Criminal do Estado. São 125 réus acusados de mais de 124 fatos criminosos como corrupção, concussão, corrupção ativa e passiva. O MP arrolou 40 testemunhas, sendo que nove foram ouvidas na última sexta-feira (17) e sete ontem. As demais moram em outras cidades e prestarão depoimento por carta precatória.

Além de Caramori, foram ouvidos empresários que supostamente teriam sido beneficiados pelo esquema. Isto é, teriam pago propina para os auditores fiscais apagarem ou cancelaram multas ou para liberação de créditos de ICMS. Uma das testemunhas, sócio de uma empresa do setor agrícola, disse que em três oportunidades foi pressionado por auditores fiscais a pagar 10% em propina para ter transferido esses créditos. Um dos pagamentos teria chegado a R\$ 270 mil, segundo o empresário.

“Tivemos testemunhas muito importantes que confirmaram o pagamento de propina e a forma que se dava essa vantagem. Os fatos que o Ministério Público pretendia comprovar foram demonstrados”, disse Antunes ao informar que além dos depoimentos a ação contém outros documentos

e interceptações telefônicas que comprovam os crimes denunciados.

O processo da Publicano 2 chegou a ficar parado e ser remetido ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) por entendimento que envolveria políticos com foro privilegiado. Mas em fevereiro de 2015, a investigação retornou à 3ª Vara Criminal de Londrina, onde originalmente os processos começaram a tramitar em 2015. “Não vejo motivo para o retorno. Não há entre os réus detentores de foro.” As testemunhas de defesa serão ouvidas a partir do dia 29 de agosto. Já o interrogatório dos réus estão agendados de 17 de setembro a 31 de outubro.

21 AGO 2018

FOLHA DE LONDRINA

AL promulga reajustes de 2,76% para servidores dos poderes

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O presidente da AL (Assembleia Legislativa) do Paraná, Ademar Traiano (PSDB), promulgou nessa segunda-feira (20) as leis que concedem reposição salarial de 2,76% aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público. Os reajustes haviam sido rejeitados pela governadora Cida Borghetti (PP), entretanto, a maioria dos deputados estaduais optou por derrubar o veto.

Com isso, Cida tinha o prazo legal de 48 horas para promulgar as matérias, o que não aconteceu. Os projetos foram remetidos ao Palácio Iguazu no dia 13 de agosto. No final da sessão de ontem, Traiano contou que

a Casa Civil não se manifestou, cabendo a ele próprio cumprir o que estabelece a Constituição, no seu artigo 71, parágrafo 7º. Caso ele não autorizasse a reposição, o primeiro vice-presidente, Guto Silva (PSD), que é aliado do candidato ao governo Ratinho Jr. (PSD), poderia fazê-lo.

A pepista havia rejeitado os textos após retirar de pauta, ainda antes do recesso parlamentar, a mensagem referente à data-base dos trabalhadores do Executivo, sob argumento de que a administração não dispõe de dinheiro para arcar com os compromissos. Mesmo a base aliada à governadora, contudo, foi contra ela. O líder da situação, Pedro Lupion (DEM), deixou a bancada livre para se posicionar como bem entendesse. Além dele, apenas Maria Victoria

(PP), que é filha de Cida, apoiou o governo em todas as proposições.

TIDE

Também ontem, o presidente da AL promulgou o projeto 362/2018, que permite a incorporação do TIDE (Tempo Integral e Dedicção Exclusiva) na aposentadoria dos professores das universidades estaduais, em 55%, e que foi igualmente vetado pela governadora. A medida se aplica a profissionais com, no mínimo, 15 anos de vínculo ao regime de dedicação exclusiva. Na tramitação, porém, a matéria recebeu emendas. Sob o argumento de que o Legislativo não poderia impor aumentos de gastos ao Executivo e de que trechos do substitutivo são inconstitucionais, parte da lei foi rejeitada.

FOLHA DE LONDRINA

Rosa Weber
critica baixa
representação
feminina na política

Amanda Pupo

Agência Estado

21 AGO 2018

Brasília - A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, disse, na manhã desta segunda-feira, 20, que "há uma verdadeira sub-representação feminina na política brasileira". Empossada na semana passada para chefiar o TSE, Rosa criticou a baixa representação feminina nos espaços de poder, frente a maioria de mulheres no eleitorado.

Segundo a ministra, dos pedidos de registros de candidatura realizados para o pleito de 2018, apenas 30,7% são de mulheres.

"Esses dados (52,5% do eleitorado brasileiro é composto por mulheres) confrontados com o número de pedidos de registro de candidaturas evidenciam a desproporcionalidade entre o número de mulheres candidatas e o de mulheres aptas a votar", destacou a ministra, que falou no seminário 'Elas por Elas', promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Na mesa de abertura, o evento reuniu seis mulheres à frente do sistema judiciário brasileiro: além de Rosa, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge; a advogada-geral da União, Grace Mendonça; e a procuradora-geral junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Cristina Machado.

AGENDA

Maria da Penha

Rolândia - A palestra de encerramento do 1º Simpósio - Muitas lutas, muita resistência, muitos caminhos: aprendendo sobre a Lei Maria da Penha será realizada no dia 28 de agosto, das 19h30 às 22h, no Auditório da Faccar - Faculdade Paranaense - (rua Dom Pedro II, 400). Participarão do evento a advogada Talita Arruda, a ativista Rose Leonel e a assessora de Políticas Públicas para Mulheres de Curitiba, Terezinha Pereira. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo telefone (43) 3255-8600, das 12h às 18h, até o dia do evento.

21 AGO 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Justiça se concentra em ações de violência contra mulher

José Cruz/Agência Brasil

Tribunais de Justiça de todos os estados e do Distrito Federal iniciaram esforço concentrado para julgar casos de violência contra a mulher que tramitam nesses órgãos. O mutirão é parte da 11ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, promovida há cinco anos. No total, em todas as edições, ocorreram 140 mil audiências, foram definidas 127 mil sentenças e expedidas 65 mil medidas protetivas.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atualmente, tramitam mais de 1 milhão de processos relativos à violência doméstica na Justiça brasileira. Justamente para tentar acelerar a conclusão desses casos, a campanha ocor-



re três vezes por ano: em março, em homenagem ao Dia da Mulher; em agosto, para marcar a promulgação da Lei Maria da Penha, e em novembro, durante a semana internacional de combate à violência de gênero, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU). ●

MP denuncia

37 membros do PCC na Grande Curitiba

Investigações seguem para identificar mais pessoas ligadas ao grupo

A 5ª Promotoria de Justiça de Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, apresentou denúncia criminal contra 37 pessoas investigadas na Operação Sangria. Os réus são integrantes da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) ou pessoas ligadas a ela. Investigações constataram a conexão entre diversos crimes que estavam sendo apurados separadamente, mas eram praticados a partir da mesma organização criminosa, incluindo tráfico de drogas,

homicídios e roubos.

Em maio, em decorrência da operação, foram cumpridos 17 mandados de prisão e 49 de busca e apreensão que resultaram na apreensão, nas celas da Penitenciária Estadual de Piraquara e em residências dos investigados, vários cadernos com anotações precisas do tráfico de drogas, não só de Campo Largo, mas de toda a Região Metropolitana de Curitiba. Também foram apreendidos aparelhos celulares, posteriormente periciados, que constituí-

ram fonte de informação sobre as ações do tráfico de drogas na região.

Com a colaboração da Polícia Militar em Campo Largo, que possibilitou o sucesso da operação, foi obtido grande volume de informações nas apreensões realizadas. Essas informações estão sendo analisadas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para subsidiar novas ações contra o tráfico de drogas na Região Metropolitana de Curitiba. ●

ANDRÉ VARGAS É CONDENADO

André Vargas, que está preso por acusações da Operação Lava Jato, contabiliza mais seis anos de prisão em sua conta com a Justiça. Sergio Moro bateu o martelo: "André Vargas entrevistado junto à Caixa Econômica Federal utilizando sua influência política, na época era deputado federal, para que a empresa IT7, de Marcelo Simões, fosse contratada em uma licitação fraudada para fornecimento de software para o banco". Na mesma ação, o juiz condenou o irmão do ex-parlamentar, Leon Vargas, a contadora do doleiro Alberto Youssef, Meire Poza, e o empresário Marcelo Simões.

OUTDOORS LIBERADOS

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) acatou recurso da defesa da governadora Cida Borghetti (PP), candidata à reeleição, contra ação que acusava a ela e a entidades empresariais de promoverem campanha eleitoral antecipada por meio de outdoors espalhados pelo Estado. A representação foi movida em abril pelo partido AVANTE (ex-PTdoB), que atualmente integra a coligação do candidato ao governo Ratinho Junior (PSD). Entre os réus da representação estão federações do G7, grupo formado pelas maiores instituições do setor produtivo do Estado.

Uma nova Justiça Eleitoral para o Brasil

Rosa Weber acaba de assumir a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em momento delicado de nossa ainda tenra história republicana, pois em cerca de 50 dias o País irá às urnas eletrônicas para escolher um presidente da República, 27 governadores, 54 senadores, 513 deputados federais e ainda 1.059 deputados estaduais.

Em abril a ministra foi chamada a decidir julgamento crucial para o País, e seu voto era decisivo. Em razão dele, o ex-presidente Lula permaneceu preso, sendo negado o *habeas corpus* em seu favor impetrado, em virtude do que não se produziu a indesejável sensação de impunidade que geraria sua soltura, que faria letra morta posicionamento anterior do Supremo Tribunal Federal (STF).

Naquele momento agudo, a magistrada mostrou ter coragem e independência, e prevaleceu o senso de justiça que lamentavelmente não prevaleceu quando o presidente da República foi julgado pelo TSE por abuso de poder econômico e político, em 2017, sendo absolvido “por excesso de provas”, nas palavras cunhadas por um jornalista.

Aquele julgamento é uma das páginas mais vergonhosas da história da nossa Justiça, quer porque havia provas abundantes dos abusos de poder praticados pelo acusado, conforme exaustivamente demonstrou o ministro relator Herman Benjamin, quer porque a dinâmica do julgamento teve peculiaridades não muito compatíveis com os cânones da Justiça.

Refiro-me especialmente à atuação questionável de dois julgadores que foram escolhidos pelo próprio réu poucos meses antes do julgamento para o

É preciso garantir à sociedade ética e efetivo equilíbrio nas disputas pelo voto

exercício da função, e seria obviamente caso de se darem por impedidos de julgarem o próprio nomeante. Além disso, refiro-me à postura de um terceiro julgador, totalmente incompatível com a atitude de um magistrado, com gestual que trazia à lembrança filmes da máfia; e à nomeação do ministro da Justiça naqueles dias, também ex-ministro do TSE.

Registre-se o comportamento corajoso, digno e honrado do relator Herman Benjamin, que tornou público o excesso de provas e foi acompanhado em seu voto pela própria Rosa Weber e por Luiz Fux. Mas eles foram a minoria. A maioria o absolveu. Este sistema de escolha de ministros do TSE precisa mudar.

Mas este é apenas um *flash*. As eleições de 2018 trazem novamente um quadro repleto de pontos de interrogação, que perdurará até momento perigosamente próximo ao dia das eleições. Lanço a pergunta: por quê?

Por que não temos um quadro consolidado com antecedência minimamente decente em relação à data das eleições? Seria impossível oferecer aos eleitores a situação totalmente definida pelo menos três meses antes das eleições? Não é razoável que o eleitor brasileiro pretenda isso?

Penso que ele tem esse direito. Vejam vocês, Lula, ficha suja – mas finge que não é –, registra candidatura. A data para a palavra final da Justiça Eleitoral é 17 de setembro. Ou seja, 20 dias antes das eleições. É plausível?

Que 20 dias antes de uma eleição seja definido como o momento final para apontar quem serão os nomes dos candidatos? Onde fica o respeito ao eleitor? E o dever de transparência? E o direito à informação? E os valores depositados na “vaquinha” em nome de alguém que não mais será o candidato? E a questão pode não se resolver aí, porque se pode esticar a discussão no STF, alegando-se as mais diversas violações aos direitos constitucionais.

Os problemas seriam resolvidos se o sistema de Justiça Eleitoral exigisse que tudo estivesse resolvido em definitivo três meses antes das eleições, por exemplo. E isso dependeria de mudança constitucional e legal.

A falta de transparência e a de segurança jurídica são duas das piores deficiências que um sistema pode apresentar. São vulnerabilidades gravíssimas, que precisam ser sanadas – e que lhe retiram parcelas significativas da legitimidade. E, ainda, fazem com que a sociedade deixe de acreditar nas eleições e na própria democracia.

E o problema não se restringe a este, da interpretação da lei, para verificar quem pode e quem não pode ser candidato, para proteger a sociedade de discussões intermináveis bem como da insegurança jurídica.

Os cabeças de chapa em eleições majoritárias precisam definir com antecedência quem será seu vice. Não é plausível que essa escolha fique em aberto até momento tão próximo às eleições. Isso igualmente desrespeita o direito do eleitor de enxergar com antecedência razoável o quadro político todo, na sua inteireza, e de refletir, inclusive à luz do pensamento popular “me diz com quem andas, te direi quem és”.

CONTINUA

21 AGO 2018

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Incentiva o vale-tudo político, dá mais tempo para as negociações sem limite nem qualquer coerência, em busca do poder, custe o que custar. Os mesmos três meses de antecedência poderiam valer aqui.

Sem podermos nos esquecer da necessidade inexorável de um novo marco legal para os partidos políticos, que não têm nenhuma democracia interna, não prestam contas à sociedade, não esclarecem os critérios que utilizam para destinar as verbas do fundo eleitoral, concedem legendas para fichas-sujas e ficam impunes indevidamente.

Penso que Rosa Weber, que conduzirá os destinos do TSE até meados de 2020, reúne condições jurídicas, pessoais e políticas para impulsionar um conjunto importante de transformações na sistemática do funcionamento do sistema da Justiça Eleitoral do Brasil, que obviamente não ocorrerá de forma simples e imediata.

Dependerá de amplas discussões no Congresso Nacional, no Conselho Nacional de Justiça, no Conselho Nacional do Ministério Público, no campo acadêmico e na sociedade civil, mas é necessário que o processo se inicie, para que possamos vislumbrar uma nova Justiça Eleitoral, que garanta à sociedade ética e efetivo equilíbrio nas disputas pelo voto.

●
DOUTOR EM DIREITO PELA USP,
É PROMOTOR DE JUSTIÇA EM SÃO
PAULO E IDEALIZADOR E PRESIDENTE DO INSTITUTO NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO

O ESTADO DE S. PAULO

Rosa vê baixa participação de mulheres

21 AGO 2018

Amanda Pupo / BRASÍLIA

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Rosa Weber, criticou ontem a baixa representação feminina na política. Segundo a ministra, dos pedidos de registros de candidatura realizados para as eleições deste ano, apenas 30,7% são de mulheres. “Há uma verdadeira sub-representação feminina na política brasileira”, disse a ministra.

“Esses dados (52,5% do eleitorado brasileiro é composto por mulheres) confrontados com o número de pedidos de registro de candidaturas evidenciam a desproporcionalidade entre o número de mulheres candidatas e o de mulheres aptas a votar”, acrescentou ela, que falou em seminário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O evento reuniu na abertura seis mulheres à frente do sistema Judiciário – além de Rosa, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia; a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Laurita Vaz; a procuradora-geral da República, Raquel Dodge; a advogada-geral da União, Grace Mendonça; e a procuradora-geral junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Cristina Machado.

Também sobre a atuação das mulheres no campo eleitoral, a presidente do STJ chamou a atenção para a relação entre o recorde de mulheres disputando cargos de vice nestas eleições e a cota de financiamento feminino – 30% dos fundos eleitoral e partidário. “Seria coincidência ou uma demonstração de que a velha política tem se adaptado para a autopreservação?”, questionou Laurita.

No TSE, Rosa foi relatora da consulta onde se fixou o entendimento de que 30% dos recursos do Fundo Eleitoral devem ser destinados ao financiamento de campanhas de mulheres. A ministra afirmou que, mesmo em meio a tantas ações afirmativas, como a cota de financiamento, “há muito o que se fazer”.

COLUNA DO ESTADÃO



● **CLICK** A presidente do STF, Cármen Lúcia, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, caíram no samba com Alcione, no seminário *Elas por Elas*, no Supremo.

21 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

QUASE PARANDO

A demora na solução do assassinato de Marielle Franco preocupa ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Num diálogo recente, ela ouviu de alguns deles a sugestão de pedir a federalização das investigações.

COISA NOSSA O tema voltou à baila depois que a Polícia Civil e o Ministério Público do Rio de Janeiro rejeitaram oferta do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, de colocar a Polícia Federal para ajudar nas apurações do crime.

AUTOMÁTICO Se Dodge pedisse a federalização, a PF automaticamente seria chamada, apesar da resistência da polícia e do MP do Rio — que, em cinco meses, ainda não conseguiram apontar quem planejou e executou a morte.

NA REAL A procuradora revelou, no entanto, que teme ter seu pleito rejeitado no STJ (Superior Tribunal de Justiça). A assessoria da PGR diz que um procedimento preparatório já foi aberto para estudar a viabilidade do pedido.



PARA TRÁS Uma organização que quer contratar o procurador Deltan Dallagnol, da Operação Lava Jato, para uma palestra, recebeu um folder de sua representante estabelecendo o cachê dele em R\$ 35 mil, além de passagem aérea, estadia, alimentação e extras — para ele e um acompanhante.

EM ALTA Em 2016, Dallagnol recebeu R\$ 219 mil por 12 palestras — numa média de R\$ 18 mil por evento. A assessoria do MPF (Ministério Público Federal) diz que ele não comenta cachê e que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) já considerou o procedimento regular. Afirma ainda que, neste ano, ele já deu 48 palestras sem cobrar nada.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

21 AGO 2018

MENOS UM Em sessão da corte especial do STJ, o ministro Benedito Gonçalves votou por não restringir o foro especial para desembargadores, cujos casos são analisados pela corte. O julgamento foi interrompido pelo ministro Luís Felipe Salomão, que pediu vista.

PAINEL DO LEITOR

Ficha Limpa

Magnoli erra feio ao defender a revogação da lei, a pretexto de que estabeleceria a tutela dos juízes (“Sob a tutela dos juízes”, Eleições 2018, 18/8). Não levou em consideração que a lei é de iniciativa popular e que vivemos numa democracia e num Estado de Direito, cujas leis exigem requisitos mínimos para que um cidadão possa disputar eleição, por mais popular que seja. É o governante que deve se adaptar à lei, não ela a ele. Infeliz, enfim, a comparação de nossa eleição presidencial com a de um parlamentar da Irlanda do Norte 37 anos atrás.

Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, juiz de direito (São Paulo, SP)

Reajuste de juízes

A **Folha** trouxe uma reportagem mostrando que, “se aprovado, reajuste do STF irá intensificar desigualdade” (Mercado, 19/8). Portanto, esse reajuste contraria a nossa Constituição, que declara no capítulo dos princípios fundamentais, artigo 3º, que entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil está o de “reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Com isso, a decisão da corte, que tem como objetivo principal garantir o cumprimento da Constituição, seria inconstitucional. Absurdo total.

Oded Grajew, presidente do conselho deliberativo da Oxfam Brasil (São Paulo, SP)

21 AGO 2018

FOLHA DE S. PAULO

CELSO AMORIM

Ex-ministro das Relações Exteriores (2003-2010, governo Lula) e da Defesa (2011-2015, governo Dilma)

Eleição sem Lula é fraude?

Há uma trama com ramificações fora do nosso país

Minha resposta à pergunta que formulei, cerca de oito meses após haver iniciado um manifesto com esse título, firmado por 330 mil pessoas, inclusive intelectuais de altíssima respeitabilidade, como Noam Chomsky e Costa-Gavras, continua a ser afirmativa.

Os procedimentos judiciais que colocaram Lula na prisão e ameaçam impedi-lo de se candidatar são questionados por juristas de grande renome de diferentes nacionalidades. Primeiros-ministros e presidentes de variadas tendências e regiões do mundo têm se pronunciado no mesmo sentido. A tentativa do governo atual de desqualificá-lo só revela ignorância e má-fé.

Não é menos significativo que o papa Francisco tenha prontamente acedido a um pedido de audiência para que eu expusesse a situação do ex-presidente e as ameaças à democracia brasileira. Desnecessário sublinhar que Sua Santidade tinha plena consciência de que se tratava, no meu caso, de uma pessoa que fora ministro de Lula durante seus dois mandatos e que continua a privar de suas relações.

Durante a conversa, da qual participaram dois ex-ministros da América do Sul, o argentino Alberto Fernández e o chileno Carlos Ominami,

o papa recordou a homilia de 17 de maio sobre a maledicência, na qual denunciou o recurso à nova estratégia de derrubar governos legítimos: primeiro, a difamação pela mídia; depois, a perseguição judicial e, finalmente, o golpe.

Ao final, Francisco enviou, por escrito, uma bênção ao presidente Lula e, com a humildade que o caracteriza, pediu-lhe que rezasse por ele. Na última quinta-feira (16), em companhia do prêmio Nobel Adolfo Pérez Esquivel, fiz a entrega da mensagem ao ex-presidente na cela da Polícia Federal de Curitiba.

Comportamentos recentes de alguns dos magistrados, não desmentidos ou negados de forma cabal, mostram claramente que estão empenhados não tanto em cumprir a "letra fria" da lei, mas sim em evitar o "mal maior", isto é, a volta ao poder do presidente que se empenhou em combater as gritantes desigualdades do país e dar ao Brasil voz própria no cenário internacional.

Em tempos de redes de robôs e internet das coisas, não é preciso buscar um cérebro único para chegar à conclusão de que se tratou e se trata de uma trama bem urdida, com ramificações que se estendem para fora do nosso país. Não esqueçamos — além da "cooperação infor-

mal" entre os sistemas de Justiça norte-americano e brasileiro, elogiada por um procurador dos Estados Unidos — a espionagem, denunciada por Snowden, de que foram alvo a Petrobras, o Ministério de Minas e Energia e a presidenta Dilma. Pode-se gostar ou não de teorias conspiratórias. Mas só muita ingenuidade pode fazer crer em tanta coincidência.

Eliminar Lula da disputa significará uma fraude monumental em relação à vontade popular. Fraude, como ensina Houaiss, é "ato ardisso, (...) de má-fé, com o intuito de lesar ou ludibriar outrem". Outrem, no caso, é povo brasileiro.

Na sexta-feira (17), o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas, cuja jurisdição foi voluntariamente acolhida pelo Estado brasileiro, ao ratificar o protocolo facultativo sobre Direitos Civis e Políticos, em 2009, estabeleceu, por meio de uma medida liminar (interim measure), que o ex-presidente deve ter garantidos seus direitos políticos, inclusive os inerentes à sua candidatura à Presidência, até que se esgotem os recursos em um processo judicial justo (sic).

Recorde-se que o comitê é parte da estrutura do Pacto de Direitos Civis e Políticos, internalizado no Brasil em 1992, quando o ministro das Relações Exteriores era um ex-juiz da nossa Corte Suprema.

Não acatar a diretiva de uma entidade internacional de natureza obrigatória colocará nosso país à margem do direito internacional, na mesma posição que outrora foi ocupada por países como Mianmar e a África do Sul do tempo do apartheid. Isso afetará não só a "imagem" do Brasil (uma obsessão das nossas elites), mas a credibilidade do país como membro da comunidade das nações civilizadas.

FOLHA DE S. PAULO

ALVARO COSTA E SILVA

Coelhos contra o crime

21 AGO 2018

RIO DE JANEIRO Após seis meses de intervenção federal na segurança, com resultados aquém dos desejados, Raul Jungmann está começando a entender o mecanismo. Ou a “metástase”, como ele define a situação. “Esse crime organizado que controla o território controla o voto, elege seus representantes e participa do aparelhamento, ou seja, da distribuição de cargos que é feita para obter maioria do governo no Parlamento”, afirmou o ministro da Segurança Pública em entrevista ao repórter Rubens Valente.

Um mapa da influência do crime nas eleições de outubro mostra que, do total de 4.993 locais de votação no Rio de Janeiro, 637 estão em áreas dominadas por facções de traficantes ou por milícias. Nelas só pode fazer campanha o candidato amigo. Um universo de 1,7 milhão de pessoas vota sob pressão ou com medo.

As organizações criminosas instaladas dentro do estado dificultam, segundo o ministro, a investigação sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes: “Está claro que você tem estruturas que participaram direta ou indiretamente desse crime que envolve milícias, envolve agentes públicos e de segurança e envolve políticos”. No momento, investiga-se um grupo de matadores de aluguel formado por policiais conhecido como Escritório do Crime.

O destino da intervenção, que não diminuiu tiroteios nem o número de mortes provocadas por policiais, está selado. Acaba em dezembro. Não por desejo de Jungmann. Os militares no comando da operação rejeitam a renovação do prazo até o fim de 2019. A decisão parece uma quebra de hierarquia. Mas foi acertada de antemão com o presidente Temer na assinatura do decreto.

Sintomaticamente os candidatos a governador se posicionam contra a intervenção ou contra sua prorrogação. Também descartam um plano de segurança semelhante ao das UPPs. Devem ter coelhos escondidos na cartola.

21 AGO 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O vergonhoso aumento do STF - Impacto moral

Solange Beatriz Palheiro Mendes

Todos os meios de comunicação do país têm produzido matérias sobre o impacto do aumento que os ministros do STF se autoconcederam com votos vencidos de Cármen Lúcia, Rosa Weber, Edson Facchin e Celso de Mello. A propósito, em entrevista a O Globo, Marco Aurélio Mello esclareceu que não se trata de autoconcessão porque o novo valor só comparecerá ao contracheque após a aprovação pelo Senado Federal. Como se houvesse brio em dose suficiente naquele plenário para se contrapor a todo o Poder Judiciário do país! Em entrevista publicada no site Congresso em Foco, o presidente do Senado, Eunício de Oliveira, já adiantou: "Compreendemos o momento que vivemos do ponto de vista da economia, mas também devemos compreender que cada Poder é autônomo e pode tomar suas próprias decisões. Não vamos fazer nada de confronto", adiantou o senador, concluindo redundante: "Temos que respeitar a harmonia dos Poderes e o teto constitucional que foi estabelecido para cada um dos Poderes (sic)".

Cálculo feito pela assessoria das Comissões de Orçamento da Câmara e do Senado estima que a despesa com pessoal se elevará em R\$ 717 milhões no Judiciário, R\$ 258 milhões no Ministério Público da União e R\$ 400 milhões no Poder Executivo por consequência da majoração do teto remuneratório. Nos estados da Federação, o impacto chegará a R\$ 2,6 bilhões. Esse é o dano que está sendo divulgado. É um rombo fiscal. Há outro, porém, de natureza moral. Já foi anunciada a necessidade de manter congelados, até 2020, os vencimentos dos servidores públicos da União (e não será diferente nos Estados e municípios). A penúria das contas públicas foi produto de laboriosa construção. De modo irresponsável, os poderes de Estado e seus órgãos de controle permitiram que o gasto se elevasse constantemente em tempos de ruínosa queda da renda nacional e, conseqüentemente, das receitas fiscais. Estabeleceu-se o caos dos salários parcelados, atrasados e da perda do poder de compra. No setor privado, o efeito é bem mais atroz: desemprego em massa.

É aí que se produz o pior impacto desse vergonhoso aumento do STF. É um impacto moral! Como tolerar que ao topo remuneratório do poder público, aos terraços e coberturas do aparelho de Estado, sejam concedidas reposições de perdas remuneratórias que são recusadas aos miseráveis operadores dos porões? Como explicar isso aos que recebem menos, aos que recebem atrasado, aos que recebem parceladamente seus vencimentos e proventos, bem como aos desempregados? Como fazê-los entender que não bastante essa dura realidade terão que custear o ganho adicional das categorias beneficiadas em cascata pela decisão tomada por sete magistrados com acento no plenário do Supremo? Sim, porque não se imagine, repito, que os rabo-presos do Senado negarão a seus futuros julgadores o valor que pretendem ver incorporado a seus contracheques.

***Percival Puggina** é membro da Academia Rio-Grandense de Letras, é arquiteto, empresário e escritor e titular do site www.puggina.org, colunista de dezenas de jornais e sites no país.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

**Ministras
do STF
condenamam
mulheres
a buscar
igualdade
pelo voto**

21 AGO 2018

A ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), e a ministra Rosa Weber, também do STF e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), fizeram apelo ontem para que as mulheres exerçam seu direito a voto com consciência, de modo a aumentar a participação feminina na política.

Ambas pariciparam do seminário Elas por Elas, organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sobre a temática da mulher no poder estatal e na sociedade. Durante o evento foi comemorado o fato inédito de mulheres ocuparem nesta semana, simultaneamente, os cargos máximos de cinco órgãos de Justiça brasileiros.

MARCO ASSEF

André Vargas é condenado pela terceira vez

O ex-deputado federal e ex-vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas, foi condenado pela terceira vez na Operação Lava Jato. A sentença contra Vargas e mais três acusados foi divulgada na última sexta-feira pela 13ª Vara Federal, onde atua o juiz Sérgio Moro. André Vargas, que está preso desde 2015, foi condenado a mais seis anos de prisão em regime fechado. Segundo a sentença de Moro, Vargas e os demais acusados desviaram cerca de R\$ 2,4 milhões de contratos da Caixa Econômica Federal com uma empresa de Pinhais. Também foram condenados o empresário Marcelo Simões, Leon Vargas, irmão de André e Meire Poza, ex-contadora do doleiro Alberto Youssef. Apenas Meire Poza teve a sentença convertida em prestação de serviços à comunidade. Os demais devem cumprir as penas em regime fechado.

BEMPARANÁ 21 AGO 2018

Assembleia promulga reajustes vetados por Cida

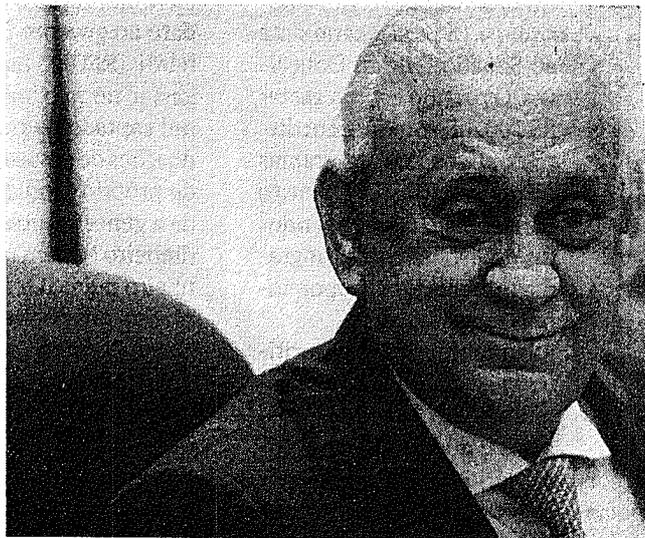
Legislativo ignora alegação do governo sobre risco para acordo com a União

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano (PSDB), promulgou ontem os cinco projetos que prevêem reajuste salarial de 2,76% para os servidores do próprio Legislativo, além de Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público e Defensoria Pública. As propostas foram aprovadas pelos deputados em julho, mas vetadas pela governadora Cida Borghetti (PP), sob a justificativa de que os aumentos teriam um impacto nos cofres públicos de R\$ 43 milhões em 2018, e R\$ 180 milhões em 2019, em um momento em que os gastos do Estado com a folha de pessoal já estão no limite.

No veto, Cida também apontou que os reajustes colocariam em risco o teto de gastos públicos previstos no acordo de renegociação das dívidas do Estado com a União. A governadora chegou a propor reajuste de 1% para os servidores do Executivo - que estão com os salários congelados há dois anos - mas retirou a proposta depois que os deputados apresentaram emenda para elevar o índice para os mesmos 2,76% oferecidos aos funcionários dos demais poderes, relativos à reposição da inflação de abril de 2017 a maio de 2018. Com isso, a discussão da data-base dos servidores do Executivo ficou para depois das eleições de outubro.

Na semana passada, os parlamentares derrubaram os vetos de Cida por mais de 40 votos. Com isso, a governadora teria o prazo de 48 horas para promulgar os aumentos. Como ela não o fez, as propostas retornaram à Assembleia para promulgação pelo Legislativo.

"Estou cumprindo aquilo promulgada a reposição salarial dos



Traiano (PSDB): impacto de R\$ 43 milhões nas contas do Estado em 2018

"Estou cumprindo aquilo promulgada a reposição salarial dos Poderes, uma vez que não foram respondidos e não houve qualquer manifestação por parte do Governo em relação aos projetos de lei aqui aprovados e aos vetos derrubados".

Do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Ademar Traiano.

Poderes, uma vez que não foram respondidos e não houve qualquer manifestação por parte do Governo em relação aos projetos de lei aqui aprovados e aos vetos derrubados", alegou Traiano.

O presidente da Assembleia argumenta que a questão do reajuste dos servidores do Executivo é de responsabilidade exclusiva do governo do

Estado. E que os demais poderes têm autonomia orçamentária.

Caixa único

Já o governo aponta que apesar dessa autonomia, o dinheiro sai de uma caixa única e os aumentos ameaçam o equilíbrio financeiro do Estado, além de representar uma quebra de isonomia entre os servidores do Executivo e dos demais poderes. Em entrevistas e nos debates eleitorais, Cida tem lembrado que recebeu de seu antecessor, o ex-governador e candidato ao Senado, Beto Richa (PSDB), o Orçamento de 2018 com "zero" reajuste, e que o congelamento foi aprovado pelos mesmos deputados que depois, passaram a apoiar o aumento. Entre eles os parlamentares do bloco PSD/PSC, que apoia a candidatura ao governo do deputado estadual Ratinho Júnior (PSD), que ajudaram a aprovar o Orçamento para este ano sem nenhum aumento para o funcionalismo.